



**ACÓRDÃO Nº1734/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12009/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Estadual do Índio – FEI
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Srs. Zenilton de Souza Ferreira e Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6038/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Alípio Reis Firmo Filho

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação Estadual do Índio-FEI. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Fundação Estadual do Índio-FEI, de responsabilidade do **Sr. Zenilton de Souza Ferreira**, na condição de Diretor-Presidente e do **Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira**, Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2021, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção e não totalmente sanadas, ressaltando-se ainda, que nenhuma das restrições tem potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** à Fundação Estadual do Índio-FEI, de responsabilidade do **Sr. Zenilton de Souza Ferreira** e do **Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira**, pelas irregularidades não sanadas apontadas nas restrições nº 2.3 e 7.1, com fulcro no art. 54, II, “b”, da Lei nº 2.423/96, no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico



**ACÓRDÃO Nº1734/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**11.3. Dar ciência ao Sr. Zenilton de Souza Ferreira e ao Sr. Edivaldo dos Santos Oliveira**, sobre o teor da Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

**11.4. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**12- Ata:** 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 4 de Outubro de 2022.

**14- Especificação do quorum:** Conselheiros Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14.1. Auditor presente e Relator, em substituição:** Alípio Reis Firmo Filho.

**15- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator, em substituição

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1734/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 07/10/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A5367A8E-BC39DD92-B61B8E18-4F127DA5